

**NÃO BANQUE
A
PORSCHE
DO TEU
DEPUTADO.**

Metade do meu salário como deputado estadual será doada para escolas públicas. Em 4 anos, são **R\$ 600 mil** direto para a educação.

Este valor equivale a uma Porsche!

**COMPROMISSO REGISTRADO EM
CARTÓRIO**

**THIAGO DE LEON · 12050
DEPUTADO ESTADUAL · PDT**

AÇÕES REAIS

ISSO NÃO É PROMESSA. EU JÁ FIZ.

Durante o mandato como vereador em Gravataí, Thiago De Leon doou metade do próprio salário para escolas públicas do município, totalizando quase R\$ 200 mil. Não é um plano para o futuro: é um método que já foi testado, executado e prestado contas.

O QUE FOI DOADO

CÂMERAS	PORTÕES	BEBEDOUROS	GELADEIRAS	AR-CONDICIONADO
---------	---------	------------	------------	-----------------

COMO A DOAÇÃO VIRA RESULTADO

1 ESCOLHA DAS ESCOLAS Mapeamento das instituições com as maiores necessidades urgentes de infraestrutura.	2 DECISÃO DA COMUNIDADE Pais, alunos e professores decidem juntos, por votação, onde o recurso será aplicado.	3 APLICAÇÃO DO RECURSO Sem burocracia: repasse direto para a escola ou compra dos materiais necessários.
---	---	--

TRANSPARÊNCIA EM AÇÃO

R\$ 600.000,00

metade do salário líquido doada todo mês, ao longo dos 4 anos de mandato —
compromisso assumido em cartório

CANDIDATO OFICIAL

QUEM É THIAGO DE LEON

Professor, empreendedor e ex-vereador de Gravataí. Entrou na política aos 24 anos, quando foi eleito vereador sem padrinho político — o mais votado da história do PDT em Gravataí — com a convicção de que a política precisa servir às pessoas.

Formado em Ciências Sociais pela UFRGS, fundou em 2019 o Agarre o Saber, cursinho pré-ENEM gratuito onde dá aula de Sociologia. Hoje é professor universitário e Secretário Estadual Adjunto do Trabalho e Desenvolvimento Profissional.

TRAJETÓRIA

2012	Formado no Ensino Médio Dom Feliciano
2013	Ingressa na UFRGS em Ciências Sociais
2018	Ingressa na UFRGS em Relações Públicas e na FMP em Direito
2019	Funda o Agarre o Saber — cursinho pré-ENEM gratuito
2020	Eleito o vereador mais votado da história do PDT em Gravataí
2022	Concorre a Deputado Estadual: 17 mil votos, fica como suplente
2024	Concorre à prefeitura de Gravataí; a chapa obtém 42 mil votos
2025	Torna-se professor universitário na CNEC Gravataí
2025	Assume a Secretaria Estadual Adjunta do Trabalho e Desenvolvimento Profissional

TRABALHOS SOCIAIS

EDUCAÇÃO AGARRE O SABER Cursinho pré-ENEM gratuito e online, com mais de 4.000 matrículas.	ORIENTAÇÃO CICLO DE PALESTRAS Mais de 6.000 alunos impactados com orientação para o ensino superior.
---	---

O PLANO

AS 4 LUTAS QUE NÃO PODEM ESPERAR

Estas quatro pautas têm uma natureza diferente das demais. Não dependem de uma lei nova: são direitos que já estão garantidos em lei federal ou na Constituição, mas que simplesmente não estão sendo cumpridos no Rio Grande do Sul. Aqui o trabalho do mandato é cobrar, fiscalizar e não deixar o governo em paz até que o direito saia do papel.

01 PSICÓLOGO EM TODA ESCOLA

A lei federal já determina que a rede pública de educação básica tenha atendimento de psicologia e de serviço social. No Rio Grande do Sul, boa parte das escolas estaduais segue sem esse suporte, enquanto professores e famílias enfrentam sozinhos crises de ansiedade, automutilação, bullying e evasão escolar.

O mandato vai cobrar da Secretaria de Educação a implementação efetiva dessas equipes, escola por escola, com requerimentos, fiscalização orçamentária e pressão pública. Saúde mental na escola não é luxo: é o que segura o aluno dentro da sala de aula.

02 MONITOR PARA ALUNOS NEUROATÍPICOS

A legislação brasileira já assegura acompanhante especializado ao estudante com autismo e outras neurodivergências sempre que houver necessidade. Na prática, milhares de famílias gaúchas ouvem que “não tem monitor disponível” e veem seus filhos sem condição real de aprender.

A luta do mandato é transformar esse direito em rotina: cobrar a disponibilização dos monitores, acompanhar as contratações e fiscalizar o orçamento da educação especial. Matricular não é incluir — incluir é garantir que a criança tenha quem a apoie dentro da sala.

03 TARIFA SOCIAL NO TRANSPORTE

Quem mora em Gravataí, Cachoeirinha, Alvorada, Viamão e nos demais municípios da Região Metropolitana gasta uma fatia grande do salário só para chegar ao trabalho ou à faculdade. Para muita gente, o transporte é o que decide se vale a pena aceitar o emprego ou continuar estudando.

A proposta é criar uma tarifa reduzida no transporte coletivo metropolitano para quem trabalha e para quem estuda, em articulação com as prefeituras e com as operadoras. É a única das quatro bandeiras que exige projeto de lei próprio — e ele será apresentado.

04 ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

A universalização da escola em tempo integral na rede estadual já é uma meta prevista na Constituição do Rio Grande do Sul e regulamentada em lei estadual. O prazo corre, mas a rede segue longe de cumprir.

Escola em tempo integral significa mais aprendizado, mais esporte, mais cultura e menos tempo de criança e adolescente exposto à rua e ao aliciamento do tráfico. O mandato vai cobrar metas, prazos e orçamento até que a promessa constitucional vire realidade.

PROJETOS DE LEI

MINHAS PROPOSTAS

As propostas a seguir já contam com minuta de projeto de lei e justificativa técnica elaboradas, prontas para serem protocoladas na Assembleia Legislativa.

EDUCAÇÃO

01 Educação Financeira nas escolas

O Brasil é um país de famílias endividadadas, e a maior parte dos jovens chega à vida adulta sem nunca ter aprendido o que é juro composto, o que significa parcelar no cartão ou como montar um orçamento. O resultado é uma geração que começa a vida no vermelho.

A proposta cria a Educação Financeira como matéria eletiva nos itinerários formativos do Ensino Médio da rede estadual. Os alunos aprenderão a poupar, investir, entender inflação, usar crédito com consciência e fugir do superendividamento — além de noções de empreendedorismo e de como funcionam os impostos que eles pagam. É um projeto de baixo custo, que pode ser ofertado com a estrutura escolar já existente, e que dá ao jovem gaúcho a ferramenta mais concreta que existe para conquistar independência.

02 Inteligência Artificial nas escolas

A inteligência artificial já entrou na sala de aula, mas entrou sem professor e sem regra. Os alunos usam essas ferramentas todos os dias para fazer trabalho escolar, e ninguém está ensinando a eles como usá-las com critério, ética e segurança. Quem tem acesso e orientação sai na frente; quem não tem, fica para trás.

A proposta cria a Inteligência Artificial como matéria eletiva no Ensino Médio, como aprofundamento das áreas de Matemática e Ciências da Natureza. Os estudantes vão desenvolver pensamento computacional, raciocínio lógico e capacidade de resolver problemas, além de discutir os limites éticos e os riscos da tecnologia. O objetivo é preparar o jovem da escola pública para as profissões do futuro — e para não ser apenas usuário passivo da tecnologia que está mudando o mundo.

03 Leitor Facial na Escola

Nos últimos anos o país viveu uma série de atentados em escolas, e o controle de quem entra segue sendo feito com caderno de assinatura e boa vontade. Pais, professores e alunos convivem com a insegurança diária de portões abertos e acesso sem verificação.

A proposta institui um sistema de controle de acesso por reconhecimento facial nas escolas estaduais: entra quem está previamente cadastrado — aluno, professor, funcionário e responsável. O projeto foi redigido com salvaguardas rigorosas: o uso dos dados é exclusivo para segurança, o cadastro de menores depende de autorização expressa dos pais, que podem revogá-la a qualquer momento, e cada escola só implanta o sistema após um relatório público de impacto e proteção de dados. Tecnologia a serviço da segurança, com privacidade protegida.

04 Área Escolar de Segurança e Cidadania

O entorno da escola virou terra de ninguém em muitos bairros: rua mal iluminada, sem faixa de pedestre, sem policiamento, com tráfego circulando na porta de saída. A criança está protegida dentro da escola e desprotegida a cinquenta metros dela.

A proposta cria a Área Escolar de Segurança e Cidadania: um perímetro de 100 metros ao redor de cada escola estadual, devidamente sinalizado, que passa a ser prioridade máxima do poder público. Dentro dessa área, o Estado prioriza patrulhamento ostensivo, iluminação, limpeza, sinalização de trânsito, faixas de pedestre e redutores de velocidade, além de campanhas educativas em parceria com a comunidade escolar. Não cria estrutura nova nem gasto novo: apenas define onde os serviços que já existem devem chegar primeiro.

05 Férias Sem Fome

Em dezembro as aulas acabam, mas a fome não. Para muita criança da rede pública, a merenda escolar é a principal — às vezes a única — refeição completa do dia, e o programa de alimentação escolar funciona apenas nos dias letivos. Nas férias, que somam cerca de 60 dias por ano, essa criança simplesmente deixa de comer.

A proposta cria o programa Férias Sem Fome, que garante alimentação aos estudantes em situação de vulnerabilidade durante os recessos escolares. O atendimento usa o CadÚnico para identificar quem precisa, sem criar novo cadastro nem burocracia, e pode ser feito mantendo as escolas abertas para servir as refeições, por kit de alimentos comprados da agricultura familiar da região ou por cartão alimentação — o que funcionar melhor em cada município. O programa prevê relatório anual público, com número de atendidos e valores aplicados, para que qualquer cidadão possa fiscalizar.

TEA E INCLUSÃO

06 Carteira do Autista mais simples e Censo Gaúcho do Autismo

A Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista é um direito garantido em lei federal, mas na prática vira uma via-crúcis: a família não sabe onde pedir, quais documentos levar, quanto tempo vai demorar. Enquanto isso, precisa provar a condição do filho em cada fila, em cada atendimento.

A proposta organiza a emissão da carteira no Rio Grande do Sul: solicitação presencial nos CRAS ou totalmente online, com laudo médico da rede pública ou privada, prazo e fluxo claros. E vai além: com o consentimento das famílias, os dados alimentam o primeiro Censo Gaúcho de Pessoas com Autismo. Hoje o Estado não sabe quantas pessoas autistas vivem aqui nem onde elas estão — e sem esse mapa, toda política pública de saúde, educação e assistência é tiro no escuro.

07 Direito de levar o próprio alimento

Muitas pessoas com autismo têm seletividade alimentar — uma condição neurológica, não birra. Comem um número muito restrito de alimentos e, fora dessa rotina, podem entrar em crise. Como cinemas, teatros, parques e diversos estabelecimentos proíbem a entrada com comida de fora, o resultado é que famílias inteiras deixam de sair de casa.

A proposta garante por lei que a pessoa com autismo possa entrar e permanecer em qualquer estabelecimento aberto ao público no Rio Grande do Sul portando seus próprios alimentos e utensílios, mediante apresentação de laudo ou da Carteira do Autista. Quem descumprir recebe advertência na primeira vez e multa a partir da segunda. É uma medida simples, de custo zero para o Estado, que devolve o direito de ir e vir a milhares de famílias gaúchas.

08 Sessão Azul

Ir ao cinema deveria ser um programa banal de família. Para quem tem uma criança autista, é quase impossível: o som alto, o escuro total, os vinte minutos de propaganda e a exigência de ficar sentado e em silêncio produzem sobrecarga sensorial e crises. Na prática, essas famílias foram expulsas do cinema.

A proposta obriga as salas de cinema do Rio Grande do Sul a realizar, no mínimo, uma Sessão Azul por trimestre: luz levemente acesa durante todo o filme, som reduzido, sem trailers nem publicidade, e liberdade total para a criança circular, entrar e sair da sala. A sessão deve ser identificada com clareza na bilheteria e na divulgação. É uma adaptação mínima para o exibidor e uma mudança enorme para quem hoje está de fora.

M U L H E R

09 Guardiã Virtual RS

A medida protetiva no papel não segura ninguém. Hoje, quando o agressor com torção de tornozelo eletrônica descumpra a distância determinada pela Justiça, o alerta vai para o sistema, o sistema aciona a polícia e a polícia se desloca — e a mulher, que é quem está em risco, costuma ser a última a saber. Esse intervalo é onde acontecem os feminicídios.

A proposta cria o Guardiã Virtual RS: um aplicativo gratuito, instalado no celular da mulher protegida por medida protetiva, que emite alerta sonoro, visual e por vibração em tempo real quando o agressor monitorado se aproxima do limite fixado pelo juiz, além de permitir o acionamento rápido da polícia. A adesão é voluntária e os dados de localização são protegidos pela Lei Geral de Proteção de Dados. É devolver à vítima o poder de antecipação — os minutos que separam buscar abrigo de virar estatística.

T R A B A L H O

10 50% de desconto no IPVA para trabalhador de aplicativo

Motorista e entregador de aplicativo trabalham 10, 12 horas por dia com o carro ou a moto como ferramenta de trabalho, sem carteira assinada, sem férias e sem seguro. O veículo é o que gera a renda da família — e, mesmo assim, paga IPVA como se fosse um bem de lazer.

A proposta concede 50% de desconto no IPVA para motoristas e entregadores de aplicativo com atividade recorrente comprovada. É reconhecer, na conta que chega em janeiro, que aquele veículo é instrumento de trabalho de quem move as cidades do Rio Grande do Sul todos os dias.

Como toda proposta que reduz arrecadação, ela será apresentada acompanhada do estudo de impacto orçamentário exigido, para que não corra o risco de ser derrubada depois de aprovada.

11 Pontos de Apoio para entregadores e motoristas de aplicativo

Quem passa o dia inteiro na rua entregando comida não tem onde ir ao banheiro, onde beber água, onde carregar o celular ou onde comer a própria marmita. A cidade se acostumou a receber o serviço e a não oferecer nada em troca a quem o presta.

A proposta é instalar Pontos de Apoio em espaços públicos e em estabelecimentos privados conveniados, com banheiro, água potável, tomada para recarregar o celular e micro-ondas para aquecer a refeição. É um modelo de baixo custo, construído por parceria com prefeituras, empresas e plataformas, e que trata o entregador e o motorista de aplicativo como trabalhadores — porque é exatamente o que eles são.

ECONOMIA E GESTÃO PÚBLICA

12 Chega de imposto sobre o sol

Quem instala painel solar no telhado investe o próprio dinheiro para produzir a própria energia e aliviar a conta de luz. Só que, na hora de usar de volta a energia que ele mesmo gerou e injetou na rede, esse consumidor ainda é taxado. Na prática, o governo cobra imposto sobre uma energia que nunca deixou de ser dele.

A proposta reconhece em lei estadual que essa cobrança não tem base: as tarifas de uso do sistema de distribuição e transmissão não podem entrar no cálculo do ICMS sobre a energia gerada e compensada pelo próprio consumidor. Não é criar benefício fiscal — é corrigir uma cobrança injusta que o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul já afastou em suas decisões. O efeito é direto: energia solar mais barata, mais famílias e empresas investindo em geração própria e mais empregos na cadeia da energia limpa.

13 Governo mais sustentável

O Estado é um dos maiores consumidores de energia elétrica e de água do Rio Grande do Sul, e quem paga essa conta todo mês é o contribuinte. Prédio público novo continua sendo entregue sem um painel solar sequer e sem qualquer sistema de reaproveitamento de água.

A proposta institui a Política Estadual de Sustentabilidade na Administração Pública: toda nova edificação pública deverá prever geração solar capaz de suprir ao menos 30% da própria demanda e sistema de captação e reuso de água da chuva, além de metas de redução de 5% ao ano no consumo de água potável e de energia de fontes não renováveis. A implantação é gradual e condicionada à disponibilidade orçamentária, sem criar despesa nova de uma hora para outra.

Menos gasto com conta de luz e água significa mais dinheiro disponível para saúde, educação e segurança.

14 Nova forma de pagar dívida com o Estado

O Estado tem bilhões em créditos que não consegue receber. A cobrança judicial se arrasta por anos, entope o Judiciário, custa caro e muitas vezes termina sem recuperar nada. Enquanto isso, empresas com dificuldade de caixa ficam travadas, sem poder regularizar a situação e sem poder contratar.

A proposta cria uma alternativa: o devedor pode quitar o débito com o Estado executando obras ou prestando serviços de utilidade pública — reformar uma escola, recuperar um trecho de estrada, prestar um serviço técnico especializado — com valor aferido pelos preços de referência da administração e fiscalização por órgão técnico. O Estado troca um crédito de difícil recuperação por uma melhoria concreta e imediata para a população, e o contribuinte devedor volta a operar e a gerar emprego, em vez de quebrar dentro de uma execução fiscal.

T R A N S P A R Ê N C I A

15 Ficha Limpa Estadual

Cargo público é lugar de quem tem ficha limpa. Não faz sentido exigir do candidato uma ficha sem condenações e, ao mesmo tempo, permitir que pessoas condenadas por corrupção, improbidade administrativa ou crimes graves ocupem cargos de confiança dentro da máquina do Estado — muitas vezes justamente onde se decide contrato e se assina pagamento.

A proposta é impedir a nomeação de pessoas condenadas por crimes ou por atos graves de improbidade para cargos comissionados e funções de confiança na administração estadual. É a tradução, dentro do governo, da mesma exigência que o eleitor já faz nas urnas — e o complemento natural do compromisso deste mandato com o fim dos privilégios políticos.

A M A R C A D O M A N D A T O

**COBRAR.
FISCALIZAR.
DEVOLVER.**

Thiago De Leon não construiu a candidatura sobre promessas: construiu sobre um histórico de fiscalização. Como vereador, cobrou a prefeitura, acompanhou contratos e apontou

irregularidades. E continuou fazendo isso mesmo fora do mandato, quando fiscalizar deixa de ser obrigação de cargo e passa a ser compromisso pessoal.

É esse mesmo lastro que sustenta as duas coisas que este plano promete: a doação de metade do salário, registrada em cartório, e a cobrança implacável para que direitos que já existem no papel finalmente cheguem à vida das pessoas.

NÃO BANQUE A PORSCHE DO TEU DEPUTADO.

**THIAGO DE LEON · 12050 ·
DEPUTADO ESTADUAL · PDT**

COMITÊ CENTRAL

Avenida Dorival Cândido Luz de Oliveira, 16965 – Parada 76 — Gravataí/RS

CNPJ DE CAMPANHA: 68.437.448/0001-00

PROPAGANDA ELEITORAL · RIO GRANDE DO SUL · © 2026 CAMPANHA OFICIAL THIAGO DE LEON